



“É uma injustiça os port

Bruno Bobone Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (CCIP) diz no livro *Do Medo ao Sucesso* que Portugal tem tudo para ser um grande país. Assim se saiba organizar e ultrapassar o medo que o paralisa

Entrevista Leonete Botelho

O empresário Bruno Bobone acaba de lançar um livro em que traça um retrato da sociedade portuguesa como estando bloqueada pelo medo de falhar e propõe caminhos para atingir a felicidade enquanto país. Aponta o mar como destino, a liberdade económica como condição essencial e a participação dos trabalhadores na gestão das empresas como alternativa à luta social. Um programa que nenhum partido teria coragem de assumir, garante.

Do Medo ao Sucesso [Oficina do Livro] – o título e a obra parecem uma resposta, ou uma proposta de complemento, a O Medo de Existir, de José Gil. Que medo português é este, e qual o seu papel na economia?

É uma coisa muito portuguesa, sem dúvida, que tem algumas influências, uma delas histórica: depois da independência, Portugal reconstruiu-se graças a uma rede que foi criada para que nos conseguíssemos restabelecer enquanto país e que foi fantástica para, naquele momento, fazer face a uma potência como a Espanha, mas que depois acabou por se tornar inibidora da assunção de riscos. Mas também a comodidade de vivermos cada vez melhor leva-nos a ter medo de perder essa qualidade. Durante décadas tivemos governos que alimentaram esse tipo de atitude de protecção, de domínio sobre as populações, de dependência do Estado, que diminui a capacidade de assumir riscos. O empresário é o grande motor do desenvolvimento da economia – se não correr riscos, não vai cumprir o seu papel e é isso que tem acontecido em Portugal. **Conta no livro que, enquanto presidente da CCIP, prometeu aos empresários que participassem nas missões internacionais que lhes devolvia**

as despesas, se não fizessem negócios em dois anos – o que nunca aconteceu.

Extrapolando, o Estado deve partilhar o risco das empresas nos investimentos que fazem?

Não, o Estado deve facilitar a vida às empresas, mas não se deve substituir a elas. O Estado deve regulamentar e controlar o que é fundamental: não deixar que haja um abuso de posições dominantes, de situações de excesso de poder que desequilibrem a economia. O Estado tem os reguladores, mas estes têm de ser bem estruturados. Antes da crise, os reguladores tinham medo de actuar, tinham medo do regulado. Agora, entraram numa posição de sobrevalorização em que interferem na gestão das empresas, com medo que mais tarde venham dizer que não actuaram. Mais uma vez, o medo funciona e o regulador passou do não fazer ao fazer em excesso.

Exalta o poder do falhanço na aprendizagem e defende que os empresários que mais falham estão mais bem preparados para vencer. Mas olhando para alguns exemplos nacionais, vemos muitos investimentos vultuosos e falhados terem consequências desastrosas na nossa vida colectiva. O que é que correu mal?

Há, de facto, maus exemplos em Portugal, na maior parte dos casos com muita culpa do regulador, que devia ter intervindo a tempo. Se a intervenção do regulador fosse atempada, provavelmente nenhum desses casos tinha chegado ao ponto a que chegou. Mas esses casos são meia dúzia num universo de dezenas de milhares de empresas, felizmente...

Estamos a falar de dezenas de milhões de euros...

É verdade, são as grandes, que é onde há mais apetite para aproveitar as circunstâncias das posições dominantes, mas isso é da natureza humana. Não é que o

empresário possa fazer isso, não pode. Mas o regulador existe porque sabemos que há esse risco – e devia ter funcionado. O que eu digo é que o falhanço em Portugal é visto como uma forma de ostracizar quem falhou, quando é a perder que nós aprendemos. Se falhou e acabou por falir uma empresa, sem ser por gestão danosa, crime económico ou razão dessa natureza, essa pessoa não deve ser ostracizada, deve ser aproveitada a sua aprendizagem, porque, da próxima vez tem mais capacidade de perceber o risco e de saber como há-de tomar as decisões. Tem muito mais-valia quem arriscou e perdeu do que quem nunca perdeu. O grande homem não é aquele que nunca cai, mas aquele que se levanta de cada vez que cai. Não tem nada que ver com quem cometeu crimes económicos, que incumpriram com o seu dever e a sua responsabilidade.

Defende que uma empresa existe para realizar a actividade económica a que se propõe e coloca os trabalhadores no centro dessa missão, propondo que participem nos órgãos de gestão. Acha que os empresários e os trabalhadores portugueses estão preparados para este modelo colaborativo?

Quanto maior a participação de toda a equipa nas grandes linhas orientadoras e decisões da empresa, mais fácil se torna uma correcta distribuição da riqueza ali produzida. Haverá um aumento extraordinário de produtividade e de resultados, porque, se estivermos todos unidos a puxar para o mesmo lado, há mais criação de riqueza. Essa é a grande ideia que está por trás do que apresento: é fundamental que haja um espírito de equipa e não um espírito de luta social dentro das empresas. Isso já acontece nas empresas mais modernas, mas não é uma realidade abrangente, e nesse aspecto os sindicatos têm sido um factor



O direito à greve é indiscutível, porque ninguém pode não ter o direito de reclamar em situações de prejuízo ou abuso

negativo, pois, mais uma vez por medo de perderem a sua importância, querem agarrar-se à sua luta social antiga, em vez de apostarem na intervenção dos trabalhadores na gestão das empresas. Acho que as empresas e os empregados estão preparados, mas as estruturas patronais e sindicais estão ainda numa fase anterior e têm muito medo de assumir essa realidade. **Refere-se às greves como um inimigo das empresas e do próprio trabalhador. Acha que o direito à greve devia ser revisitado na lei?**

Eu acho que é mais o conceito que a legislação. O direito à greve é indiscutível, porque ninguém pode não ter o direito de reclamar em situações de prejuízo ou de abuso – e ninguém quer isso. Outra coisa é o abuso desse direito e a sua utilização como ferramenta política.



“portugueses serem pobres”



MIGUEL MANSO

A par do direito tem de haver a responsabilidade pela greve. Temos situações como a dos portos portugueses em que ninguém tem dúvidas de que aquela greve está errada e ninguém actua porque o direito à greve é sagrado. O abuso do direito à greve pode tornar-se um risco para esse direito. E o poder político não faz frente à greve abusiva, porque tem medo de perder as próximas eleições. **Defende ideias liberais em termos da intervenção do Estado na economia, mas não abdica de dois eixos que os liberais costumam negligenciar: a concertação estratégica em torno de objectivos nacionais e a participação dos trabalhadores na gestão das empresas. Como definir politicamente este posicionamento?** Bom senso. É um bem muito raro e

uma mais-valia muito grande. Provavelmente sou mais liberal do que os outros todos, porque estou preocupado verdadeiramente com o desenvolvimento e sou tão liberal que não me importo de usar aquilo que é útil para esse desenvolvimento. É mais útil envolver os trabalhadores na gestão do que não os envolver, é mais útil ter as empresas privadas com liberdade para tomar as suas decisões do que ter o Estado a intervir, com um regulador que actue apenas quando há dois interesses em conflito. É mais útil ter os valores correctos que permitam a um homem realizar-se e desenvolver-se, porque isso dá muito mais resultado. Essa é a verdadeira liberdade. A sociedade tem de ter uma forma de gestão que englobe todos e isso não pode acontecer só por acaso. **Contra o sentimento de**

não-inscrição de José Gil, propõe o sentimento de pertença a uma identidade com características especiais: o soft power luso, a empatia, a capacidade de mediar conflitos. Também acha que somos os melhores dos melhores, como diz o Presidente da República?

Só um povo com uma auto-estima elevada é que vence. Não sei se somos os melhores do mundo, mas somos muito competentes em algumas áreas e é um disparate não usarmos essas competências. Temos portugueses em lugares-chave do mundo, mas temos de transformar isso numa estratégia nacional, porque o país só é importante se for influente no destino do mundo. *Soft power* é uma característica única do povo português: a adaptabilidade às circunstâncias mais difíceis, nos lugares mais remotos, a capacidade de fazer pontes entre os vários interesses instalados. Isto pode ser aplicado a toda a população. O povo português não precisa de ser pobre, é uma injustiça que o seja, e, se mudar a maneira de estar no mundo, garantidamente vai passar a ser outra coisa. Essa é a ambição que devíamos de ter.

Este livro é uma tomada de posição política que poderia ser parte de um programa eleitoral ou o posicionamento de um ministério para a pasta da Economia. Aceitaria fazer parte de um governo com que características?

Não seria parte de um programa eleitoral, porque qualquer partido teria medo de o assumir. Mas qualquer português deve estar disponível para ajudar a sociedade e, portanto, se a minha competência for útil à sociedade, eu não posso não estar disponível para isso. Eu estou à frente da Câmara de Comércio nessa perspectiva de ajudar. O grande papel da CCIP tem sido promover a sociedade civil, que ainda não está ao nível para ser influenciadora do Governo. Mas estou convencido de que para ministro da Economia haverá pessoas bem mais capazes, e eu não tenho nem essa ambição, nem acredito que seja esse o meu lugar.

lbotelho@publico.pt

Explorar o mar pode ser os novos Descobrimentos

Privilegia o mar como o grande designio que o país devia abraçar. Quer explicar melhor?

Portugal é já um território marítimo muito significativo e estamos a candidatar-nos a uma plataforma continental muitíssimo maior. Se nos for concedida essa pretensão, vamos ficar com um território superior ao da Índia. Não somos um pequeno país, somos um grande país, só que não exploramos uma parte desse território. O mar tem de ser visto por Portugal como uma oportunidade extraordinária e devíamos estar a liderar essa oportunidade. O que temos de fazer é, em primeiro lugar, dar a conhecer aos portugueses o potencial do mar. Depois, organizar formas de aproveitar o mar empresarialmente e criar riqueza. Não temos nem capital nem conhecimento suficiente para o fazermos sozinhos, temos de ser ponte entre o capital e o conhecimento e assim sermos participantes na exploração desse recurso. Devíamos investir numa universidade do Mar para criar conhecimento nessa matéria. **Todo esse trabalho está por fazer. Nessas grandes oportunidades que o mar proporciona, fala da**

exploração de hidrocarbonetos, que defende como forma de financiar a reconversão verde da economia. Não é uma contradição?

Mais uma vez, o medo inibe-nos do sucesso. Para já, temos medo de ir ver se temos [petróleo], porque, se tivermos, temos de tomar uma decisão. O mundo todo faz e não vamos contribuir nem mais nem menos para a poluição mundial. Devíamos aproveitar esse recurso com a condição de o usar para financiar os recursos alternativos que vão colocar Portugal à frente do desenvolvimento verde. Mais uma vez por medo, evitamos o sucesso.

Refere dois momentos em que os portugueses se uniram à volta de um designio nacional e reverteram o rumo da sua história, porque sabiam o que queriam: a expansão marítima e a guerra da restauração da independência. Com as devidas distâncias, não terá havido duas oportunidades perdidas na história recente de Portugal, a vinda maciça de fundos estruturais nos anos 90 e a troika?

Infelizmente não foram períodos de tanta intervenção e mudança quanto poderiam ter sido. São demasiado próximos para fazer a comparação com os outros momentos históricos, mas não se conseguiu unir o país à volta do objectivo da mesma maneira. Nos primeiros dois anos da entrada da *troika*, houve uma união à volta do Governo única, isso foi bom, mas podiam ter-se feito mais mudanças, por exemplo, na reforma do sector público. Perdeu-se uma oportunidade. Se nos tivéssemos unido para ocupar esse recurso que é o mar e tivéssemos feito os investimentos necessários, teria sido uma grande conquista. Eventualmente, teria sido a nova fase dos Descobrimentos.

“**Devíamos investir numa universidade do Mar para criar conhecimento nessa matéria. Todo esse trabalho está por fazer**”



Edição Lisboa • Ano XXX • n.º 10.583 • 1,70€ • Domingo, 14 de Abril de 2019 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos



Televisão
Quem já ganhou com os milhões da Guerra dos Tronos?
Cultura, 24/25

Agricultura
A outra face do êxito de Alqueva é um Alentejo envenenado
Local, 16/17

Mulheres
O que Espanha nos pode ensinar sobre violência doméstica
Sociedade, 12/13

Nova lei faz disparar regularização de trabalhadores estrangeiros

Em 2018 regularizaram-se cinco vezes mais trabalhadores imigrantes em Portugal, a maioria brasileiros. Mudanças na lei de imigração e na política de agendamentos do SEF explicam aumento **Destaque, 2/3**

50 anos da crise académica de Coimbra As memórias dos estudantes tornados recrutas à força



Produtores pedem a Marcelo veto a mudanças no Douro

Projecto de lei para a Casa do Douro é inconstitucional, acusam vinticultores **p18/19**



Como Assange foi apanhado pela luta política no Equador

Criador da WikiLeaks detido no meio de uma guerra entre presidentes **p20/21**

“É uma injustiça que o povo português seja pobre”

Entrevista a Bruno Bobone, presidente da Câmara de Comércio e Indústria **p8/9**

Vitórias de FC Porto e Sporting pressionam Benfica na Liga

“Encarnados” obrigados a vencer após goleada do FC Porto em Portimão **p28/29**